

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**A TRIBUTAÇÃO PESSOAL DOS RENDIMENTOS FAMILIARES EM
CABO VERDE – ESTUDO DO CASO SÃO VICENTE**

Audíla Lopes de Pina

Mindelo, Junho de 2010

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**A TRIBUTAÇÃO PESSOAL DOS RENDIMENTOS FAMILIARES EM
CABO VERDE – ESTUDO DO CASO SÃO VICENTE**

Audília Lopes de Pina

ORIENTADOR: Dr. Belarmino Lucas

Mindelo, Junho de 2010

*Ao meu filho Adonis, por ser a razão do meu viver.
Que a força superior te proteja sempre.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas e as instituições que, directa ou indirectamente estiveram ligadas ao aparecimento deste trabalho. A todos manifesto a minha gratidão, deixando aqui expresso um especial agradecimento.

- Ao meu orientador, Dr. Belarmino Lucas, pelo acompanhamento e disponibilidade.
- Ao ISCEE, pela oportunidade de realização da licenciatura.
- Aos meus pais, pela motivação e confiança que em mim sempre depositaram.
- A toda a minha família, em especial às minhas irmãs e meus irmãos pela enorme força.
- À Repartição das Finanças que cedeu dados para a realização do trabalho.
- Aos meus colegas de curso, pela companhia e estímulo.
- Aos meus amigos e amigas que, de uma maneira ou de outra, participaram na elaboração deste trabalho.

“ Ninguém gosta de pagar impostos. Aos olhos dos contribuintes o imposto é visto como uma espécie de expropriação sem justa causa e sem qualquer indemnização. A faceta coerciva dos impostos torna-os desagradáveis, pouco simpáticos, repercutindo-se esta opinião negativa na administração fiscal. O aparelho fiscal, o Fisco – odiosa palavra – surge como a mãe de todos os males, e mesmo não existindo entre nós estudos sobre a sua representação social, basta para nos convenceremos de que assim é a maioria das notícias ou artigos que a comunicação social, os meios intelectuais, artísticos e políticos a este social, os meios intelectuais, artísticos e políticos a este respeito veiculam. “ (IN: Da questão fiscal à reforma da reforma fiscal – Único Carlos dos Santos)

RESUMO

A transição para o modo de tributação único, a nível de rendimentos, constituiu uma modificação profunda na base de incidência e nas regras de determinação da matéria colectável dos impostos sobre os rendimentos, de forma a exprimir uma nova relação contribuinte – fisco, baseada numa maior transparência e simplificação dos procedimentos por parte da Administração Fiscal, mas também numa maior responsabilização dos contribuintes pelos seus comportamentos e declarações.

Este trabalho teve como propósito estudar a forma como os rendimentos familiares são tributados, nomeadamente, a incidência na tributação de sujeitos passivos singulares, referindo assim o período da tributação, os métodos utilizados na determinação da matéria colectável e as taxas aplicadas.

Para tanto, foram reunidos estudos teóricos e práticos a nível da tributação dos rendimentos de pessoas singulares, nomeadamente os princípios e as regras praticados.

Foi feito um estudo de caso sobre apuramento de imposto dos contribuintes casados dois titulares, a partir de formulários modelos 6A da Repartição de Finanças São Vicente, e o objecto desse estudo foi separar os rendimentos desses contribuintes e fazer o apuramento do respectivo imposto em separado.

Os resultados do estudo apontam uma vantagem bastante satisfatória para os contribuintes no que diz respeito ao apuramento do imposto em separado.

Palavra-chave – Tributação Pessoal dos rendimentos; incidência; método; taxa.

ABSTRACT

The transition to the unique taxation method, in the level of incomes, is a deep modification in the incidence base and in the determination rules of the basis of tax assessments of income taxes, in a way to express a new taxpayer – Exchequer relationship, based on a greater transparency and simplification of the procedures by Fiscal Administration, and a bigger responsabilization of taxpayers for their behaviours and declarations as well.

The aim of this survey was to study how household incomes are taxed, namely: the incidence in the taxation of passive single persons, referring, thus, the taxation period, the methods used to determinate the basis of tax assessments and the applied taxes.

For that, theoretical and practical studies were collected in the level of single persons incomes taxation, namely the principles and rules practised.

A case study about tax verification of married taxpayers two holders was made, from São Vicente Financial Department's 6A model forms, and the aim of this study was to separate the incomes of these taxpayers and make the verification of the respective tax separately.

The results of this study points out a very satisfying advantage to taxpayers regarding the tax verification separately.

Keywords – Personal incomes taxation; incidence; method; tax.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	IV
ÍNDICE.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
INTRODUÇÃO	1
1 – TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS	4
1.1- Imposto	4
1.1.2- Classificação do Imposto	4
1.1.3. Principios do Imposto	6
1.1.4. Fases do Imposto	6
1.2 – Tributação dos Rendimentos	7
1.3 – Sistema Fiscal em Cabo Verde	8
1.4 - A Reforma Fiscal em Cabo Verde	9
2 – TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES	13
2.1- Incidência Objectiva e Subjectiva	13
2.1.2 – Extensão da Obrigação	14
2.1.3 – Período da Tributação.....	14
2.1.4 – Rendimentos Isentos	15
2. 2 – Métodos de Tributação	16
2.2.1 – Deduções e Abatimentos	17
2.2.2 – Taxa de Tributação	20
2.2.3 – Retenção na fonte	23

2.3 - Determinação da matéria colectável	24
2.3.1 – Determinação da matéria colectável – método declarativo	24
2.3.2 – Obrigações acessórias dos métodos declarativo e estimativo	24
2.3.3 – Liquidação	25
2.3.4 – Cobrança e Pagamento	26
2.4 – Evasão e Fraude fiscal	26
2.4.1 - Fiscalização	27
3 – TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS FAMILIARES – ESTUDO DO CASO.....	29
4 – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES	38
4.1 – Direito à informação	38
4.2 – Direito à fundamentação.....	38
4.3 – Direito de reclamação, audição e impugnação	39
4.3.1 – Direito a juros indemnizatórios	39
4.3.2 – Direito à redução das multas fiscais	39
4.3.3 - Direito aos benefícios fiscais.....	40
5 – CONCLUSÃO	41
6 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	42
7 – ANEXOS	44

LISTA DE ABREVIATURAS

BO – Boletim Oficial

DGCI – Direcção Geral das Contribuições e Impostos

CGT – Código Geral Tributário

CPT – Código Processo Tributário

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

IUR – Imposto Único Sobre Rendimento

IUR-PS – Imposto Único Sobre Rendimento da Pessoa Singular

IUP – Imposto Único Sobre Património

NIF – Número de Identificação Fiscal

RIUR – Regulamento do Imposto Único Sobre Rendimento

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Tabela Prática da taxa do Imposto Único Sobre Rendimento, artigo 16º, (2008).	21
Quadro II -Tabela Prática da taxa de Retenção na Fonte de Profissionais Liberais artigo 18º, (2008).....	23
Quadro III – Nota de apuramento do imposto	30
Quadro IV – Cálculos auxiliares do quadro três.....	30
Quadro V – Nota de apuramento do imposto	31
Quadro VI – Cálculos auxiliares do quadro cinco.....	31
Quadro VII – Nota de apuramento do imposto	32
Quadro VIII – Cálculos auxiliares do quadro sete	32
Quadro IX – Nota de apuramento do imposto.....	33
Quadro X – Cálculos auxiliares do quadro nove	33
Quadro XI – Nota de apuramento do imposto.....	34
Quadro XII – Cálculos auxiliares do quadro onze	34
Quadro XIII – Nota de apuramento do imposto	35
Quadro XIV – Cálculos auxiliares do quadro treze.....	35

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho pretendemos dar uma ideia genérica da Tributação pessoal dos rendimentos em Cabo Verde, com especial foco sobre os rendimentos do agregado familiar especificando o Imposto Único sobre o Rendimento – Pessoas singulares (IUR-PS) do método declarativo, procurando tratar da sua incidência, e de toda complexidade de questões a eles relacionados.

O conseqüente trabalho final será uma verdadeira combinação da envolvente teórica com a vivência prática da temática em causa, tendo como pano de fundo a realidade Cabo-Verdiana, os sujeitos passivos do imposto único (pessoas singulares), na vertente agregado familiar.

A aplicação da lei fiscal é primordialmente uma tarefa que compete ao Estado e que este vai executar através da Administração Fiscal, por meio do lançamento, da liquidação e da cobrança, como actividades típicas da Administração Central.

Até 26 de Junho de 1995, data em que foram aprovadas as bases do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR), e que entrou em vigor com a lei do Orçamento geral do Estado para o ano 1996, a tributação directa dos rendimentos em Cabo Verde era feita através dos impostos Profissional, Industrial e imposto Complementar, aprovados respectivamente pelo Diploma Legislativo nº 1543 de 12 de Abril de 1963, Decreto lei nº 147/92 de 30 de Dezembro e Diploma Legislativo nº 1545 de 12 de Junho de 1963.

O sistema fiscal Cabo-verdiano tem sido objecto de reforma desde os anos noventa. Essa reforma modernizou e simplificou o sistema. Foi a partir dessa reforma que se introduziu o imposto único sobre os rendimentos, substituindo o antigo sistema analítico ou cedular.

Esse sistema mostrava-se manifestamente desajustado da realidade socio-económica do país, tendo, desde a década de 1960, evoluído de forma desordenada, com acentuação de características como a complexidade excessiva e a desigualdade de tratamento na determinação dos rendimentos tributáveis.

A transição para um modo de tributação único, a nível dos rendimentos, vai gradualmente introduzir modificações na base de incidência e nas regras de determinação da matéria colectável dos impostos parcelares, de forma a exprimir uma nova relação contribuinte - fisco, baseada numa maior transparência e simplificação dos procedimentos por parte da Administração Fiscal, mas também numa maior responsabilização do contribuinte pelos seus comportamentos e declarações.

Objectivo

O presente trabalho tem como objectivo estudar a forma como os rendimentos pessoais são tributados em Cabo Verde, com especial atenção à vertente dos rendimentos do agregado familiar, reforçar os conhecimentos teóricos e práticos a nível da tributação dos rendimentos de pessoas singulares, estudar os princípios e as regras inerentes à tributação dos rendimentos, referindo, assim, o período da tributação, os métodos utilizados na determinação da matéria coletável e as taxas aplicadas.

Objectivos específico:

- Realizar um estudo sobre a estrutura do sistema fiscal cabo-verdiano a fim de fortalecer os nossos conhecimentos nessa matéria, com particular incidência na tributação de sujeitos passivos singulares.
- Perceber o funcionamento e as eventuais vantagens do sistema de tributação dos rendimentos familiares.
- Aprofundar os conhecimentos sobre o combate à fraude e evasão fiscal.
- Fazer um estudo de caso sobre tributação dos rendimentos familiares em São Vicente.

Metodologia

A metodologia seguida na elaboração do trabalho é baseada na pesquisa exploratória, estudo do caso, livros da especialidade em direito fiscal, resultados de investigação sobre a matéria, legislação, e demais informações disponibilizadas na internet.

Da mesma forma, pretendemos enriquecer o nosso trabalho com alguma documentação, designadamente, modelos de formulários.

1 – TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS

1.1- Imposto

O “imposto” é geralmente, definido pela doutrina por “uma prestação definitiva e unilateral a favor do Estado ou pessoa colectiva de direito público para a realização de fins públicos e que não constitui sanção”¹, isto é, nenhum castigo pela prática de um acto ilícito. Segundo essa definição, trata-se de uma prestação unilateral – a prestação é feita pelo cidadão como sujeito passivo do imposto, independentemente de qualquer contraprestação do Estado, enquanto sujeito activo da relação jurídica tributária

1.1.2- Classificação do Imposto

Quanto à classificação, a doutrina distingue várias Classificações dos impostos, de que passaremos a citar algumas:

a) Impostos directos e indirectos

São impostos directos os que recaem sobre os rendimentos ou património.

São impostos indirectos aqueles que recaem sobre o consumo e outras despesas.

b) Impostos pessoais e impostos reais

Os impostos directos podem ser subdivididos em pessoais ou subjectivos quando se tributem bens no todo ou em partes, tendo em atenção a situação pessoal do contribuinte.

Impostos reais ou objectivos quando se tributem bens, sem que se tenha em atenção as condições pessoais do sujeito passivo do imposto.

c) Impostos principais e acessórios

São impostos principais aqueles que existem por si, enquanto que impostos acessórios são aqueles que estão dependentes de um imposto principal.

¹ Lúcia Marques, “*Introdução à fiscalidade*”. Porto Editora: (cit. Pag. 21).

d) Impostos Estaduais e impostos não Estaduais.

Os estaduais são aqueles em que o sujeito é o Estado.

Os não estaduais são aqueles em que o sujeito activo (quem cobra imposto) são as pessoas colectivas de direito público diferentes do Estado, como por exemplo os Municípios.

e) Impostos gerais e impostos locais

São impostos gerais quando abrangem a totalidade do território nacional, enquanto os impostos locais são aqueles que apenas se aplicam a uma determinada parcela do território nacional.

f) Impostos Periódicos e de Obrigação Única

Impostos Periódicos são os que são de natureza permanente e que dão origem a sucessivas obrigações tributárias independentes, como o caso de pagamento por conta.

Impostos de obrigação Única são os de natureza accidental, cujas obrigações tributárias são isoladas sem carácter de continuidade, como por exemplo a extinta sisa actual (IUP) ou o imposto sobre as sucessões e doações

g) Impostos Propocionais, Progressivos, Degressivos e Regressivos.

Impostos Progressivos (IUR) são impostos em que a taxa a aplicar à matéria colectável aumenta com a majoração da matéria colectável mais que propocional.

Imposto Propocional é aquele em que a taxa é constante e directamente propocional à matéria colectável (IUP)

Nos Impostos Degressivos, a taxa diminui à medida que diminui também a matéria colectavel.

Impostos Regressivos são aqueles em que a taxa do imposto diminui à medida que aumenta a matéria colectável.

1.1.3. Princípios do Imposto

São normalmente aceites como princípios do imposto a justiça, certeza, comodidade e economia.²

- a) Justiça porque o imposto deve ser estabelecido de harmonia com o rendimento de cada um.
- b) Certeza porque o imposto deve obdecer as regras taxativas, regras de certeza de modo a evitar qualquer arbitrariedade do Estado.
- c) Comodidade porque o imposto deve ser lançado de maneira a que o contribuinte pague com a máxima comodidade isto é, sem sentir muito o peso do sacrifício.
- d) Economia significa que o Estado deve reduzir ao mínimo as despesas com a cobrança do imposto de modo que possa cobrar menos impostos.

1.1.4. Fases do Imposto

O Imposto tem quatro fases distintas : a incidência, o lançamento, a liquidação e a cobrança.

a) Incidência é a definição, geral e abstracta, feita pela lei, de actos ou situações sujeitas ao imposto e das pessoas sujeitas à prestação do imposto. Isto é, a incidência é a definição do campo de aplicação de determinado imposto.

A incidência pode ser real e pessoal:

Ela é real quando defina as situações da vida real sujeitas a um determinado imposto

.

É pessoal quando defina as pessoas sujeitas a esse impostos.

b) Lançamento é a fase do imposto em que se identifica o sujeito passivo do imposto e determina a matéria coletável.

² Manuel Alberto Alves, citando Adam Smith – “*In Teoria geral da tributação*”. (Acesso em 11 de Fevereiro de 2010). <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1280>.

c) Liquidação é a fase do imposto em que se determina o montante do imposto a pagar, mediante a aplicação da taxa estabelecida na lei à respectiva matéria colectável.

d) Cobrança corresponde a fase em que se faz entrar nos cofres do Estado o montante do imposto a pagar.

A cobrança pode revestir-se de diferentes modalidades:

Virtual ou **eventual** consoante o título de conhecimento que é apresentado ao tesoureiro antes ou no acto de pagamento, efectuado dentro do prazo de liquidação.

O pagamento pode ser ainda **voluntário** ou **coercivo**:

É **voluntário** quando o contribuinte se dirija ao Fisco e faça o pagamento à boca do cofre. Em regra, isso acontece quando o pagamento coincida com o mês em que o imposto é colocado à cobrança .

É **coercivo** quando o pagamento seja feito fora do prazo, sujeitando-se o contribuinte ao pagamento de juros de mora.

1.2 – Tributação dos Rendimentos

“José Guilherme Xavier de Basto ensina, no seu livro intitulado “Incidência real e determinação dos rendimentos líquidos”, que “ a tributação do rendimento envolve um imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e um imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, que atinge, especialmente, os lucros da sociedade e que, por isso, vem muitas vezes designado por imposto sobre os lucros das sociedades ou, sinteticamente, imposto sobre as sociedades”.

Quanto à natureza do imposto, o fiscalista assevera que “o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares tem hoje por toda a parte, ou quase (entenda-se: nos países desenvolvidos) a natureza de imposto sintético ou único, em contraposição com o sistema, hoje superado, em que existia uma tributação dita “analítica” do rendimento, através de impostos diferenciados incidentes sobre os rendimentos das diferentes fontes”, adiantando que “este sistema, chamado da tributação cedular ou parcelar do rendimento,

existiu, como vimos, em Portugal até a reforma de 1989, cuja inovação principal constitui justamente na superação desse sistema e a sua substituição pela tributação única”.³

No que respeita aos princípios gerais de tributação única sobre os rendimentos, a lei cabo-verdiana nº 127/IV/95, de 26 de Junho, através do artigo nº 2, consagra quatro princípios jurídicos:⁴

1 - A reforma da tributação do rendimento obedecerá aos princípios da equidade, eficiência e simplicidade, devendo facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e contribuir para a realização de objectivos de promoção do desenvolvimento económico e da realização da justiça social no Estado de Cabo Verde.

2 - O imposto único sobre os rendimentos (IUR), na tributação dos rendimentos pessoais, visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.

3 - A tributação das empresas incidirá fundamentalmente sobre o rendimento real .

4 - Não estão sujeitos ao IUR os rendimentos de capitais consistindo na tributação de lucros sob qualquer forma, incluindo os apurados na liquidação de sociedades e de organismos de investimento colectivo.

1.3 – Sistema Fiscal em Cabo Verde

O sistema fiscal de Cabo Verde tem o seu fundamento na Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), nomeadamente no seu artigo 93.º que prescreve:⁵

- a) “O sistema fiscal é estruturado com vista a satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas, realizar os objectivos da política económica e social do Estado e garantir uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza.
- b) Os impostos são criados por lei, que determinará a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes.

³ José Xavier de Basto, “o IRS”. Coimbra Editora: (2007, Cit. Pag.24).

⁴ Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série nº 20 de 26 de Junho de 1995, artigo 2º da Lei nº 127/IV/95. (cit. Pag. 24).

⁵ Constituição da República de Cabo Verde. (1999, cit. Pag. 57).

- c) Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei.
- d) Aprovado o Orçamento do Estado para o ano económico-fiscal, não pode, nesse mesmo ano, ser alargada a base de incidência nem agravada a taxa de qualquer imposto.
- e) Pode haver impostos municipais.
- f) A lei fiscal não tem efeito retroactivo, salvo se tiver conteúdo mais favorável para o contribuinte”.

Este normativo constitucional determina os princípios do sistema fiscal, como sejam o poder tributário do Estado e dos municípios, os fins e objectivos dos tributos, bem como os princípios da legalidade e da não retroactividade.

O sistema fiscal tem em vista, não só a obtenção de receitas para satisfazer as necessidades públicas, mas também objectivos sociais de forma a garantir uma justa repartição dos rendimentos e da despesa, tendo em conta o agregado familiar e situações de redução da capacidade contributiva, como sejam a velhice e a doença.

Visa também o sistema fiscal adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social.

1.4 - A Reforma Fiscal em Cabo Verde

Breve historial (raízes)

Através da Resolução nº 6/II/91 publicado no Boletim Oficial nº 31 de 8 de Agosto de 1991, o Governo reconheceu que “ o sistema financeiro cabo-verdiano, na sua configuração actual, encontrava-se desfasado das necessidades de desenvolvimento do País, pois, encontrava-se nitidamente desajustado, sendo imperioso uma Reforma Fiscal.

Procedeu-se a uma ampla reforma da fiscalidade directa (iniciada em 1992), que se traduziu na revisão e modernização da legislação de enquadramento do sistema fiscal (publicação do

Código Geral Tributário-CGT e do Código do Processo Tributário- CPT, entre outras), no alargamento da base tributária, bem como na eliminação de vários impostos cedulares e a sua substituição pelo Imposto Único sobre o Rendimento –IUR. Foi assim dado um salto qualitativo na tributação directa sobre os rendimentos, com alguns benefícios para o contribuinte e para o fisco” (IN Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000).

Várias foram as razões apontadas para a necessidade de uma reforma (iniciada em 1992), que se baseou na erosão das bases tributárias, tornando ineficiente o sistema de tributação do rendimento existente em 1991, nomeadamente a fraca cobertura fiscal, inexistência de um regime geral de benefícios fiscais, existência de uma tributação dualista de rendimentos.

Procurando alterações bruscas, de maneira que o Governo empreendeu um processo de alterações graduais, reformulando e criando regulamentos tributários -, tendo em conta o objectivo, a médio prazo, do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), que culminou, em 1995, com a aprovação e entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 1996, do IUR (Imposto Único sobre o Rendimento):

- Nos finais de 1992, a Lei nº 37/IV/92, de 28 de Janeiro, que regula o Código Geral Tributário veio a ser aprovada pela Assembleia Nacional, estabelecendo todos os princípios gerais tributários.
- A Lei nº 39/IV/92, de 6 de Abril, que aprovou o Orçamento Geral do Estado de 1992, instituiu várias medidas legislativas reestruturantes, nomeadamente, alterações ao Regulamento do Imposto Complementar e Profissional (Decreto-Lei nº 35/92, de 16 de Abril); introdução do Número de Identificação Fiscal (NIF) pelo Decreto-Lei nº 34/92, de 16 de Abril; introdução do Regime dos Técnicos de Contas pelo Decreto-Lei nº 37/92, de 16 de Abril.

- Foi aprovado o Código de Processo Tributário pelo Decreto-Lei nº19/93 de 29 de Março, que estabeleceu regimes processuais de defesa do contribuinte e da actividade da administração tributária e do tribunal fiscal aduaneiro.
- Foi aprovado o Imposto Industrial, pelo Decreto-Lei nº 147/92, de 30 de Dezembro, revogando uma série de impostos parcelares, instituindo-se um regime jurídico de tributação sobre as actividades empresariais e de transição para o modelo de tributação única
- Aprovação e entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 1996, do Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), pelo Decreto-Lei nº 1/96.
- Verificou-se a reforma dos impostos sobre o património em 1999, com base no Decreto-Lei nº 18/99 de 28 de Abril, que aprovou o regulamento do IMPOSTO ÚNICO SOBRE O PATRIMÓNIO (IUP).
- Finalmente, a Assembleia Nacional aprovou a Lei da Tributação Sobre a Despesa (Lei nº 14/VI/2002, de 19 de Setembro), que entraria em vigor em Julho do corrente ano, introduzindo o IVA.

A criação do IUR trouxe como consequência a aglutinação num único diploma das regras de tributação das pessoas singulares e também das empresas.

Uma das inovações introduzidas por essa reforma foi o conceito de tributação do “agregado familiar” e o recurso ao método do “splitting” conjugal na tributação dos contribuintes casados.

Objectivo da Reforma fiscal

A reforma fiscal em curso visa:

- Corrigir a disparidade do sistema fiscal actual, tendo em vista a realização de uma melhor repartição dos encargos fiscais, mas preservando as medidas de incentivos dos investimentos;

- Prevenir e lutar contra a fraude e evasão fiscais, no respeito dos procedimentos e garantindo os direitos dos contribuintes;
- Promover e consolidar as finanças locais.

2 – TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES

2.1- Incidência Objectiva e Subjectiva

Incidência Objectiva

Segundo o artigo 5º, que define as bases da Tributação Única sobre os rendimentos, (Lei nº 127/IV/95, de 26 de Junho), o Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) incide sobre o valor global anual dos rendimentos das várias categorias de rendimentos:⁶

Categoria A – rendimentos prediais;

Categoria B – rendimentos comerciais, industriais, incluindo as mais-valias, as prestações de serviços, os rendimentos agrícolas e piscatórios;

Categoria C – rendimentos de capitais e outros rendimentos tais como os provenientes de jogo, lotaria e apostas mútua;

Categoria D – rendimentos do trabalho dependente e independente, incluindo as pensões relativas à situação de reserva, aposentação ou reforma, de alimentos, rendas temporárias ou vitalícias ou de qualquer outro tipo.

Os rendimentos, quer em dinheiro quer em espécie, ficam sujeitos à tributação, seja qual for o local onde se obtenha, a moeda e a forma por que sejam auferidos.

Incidência Subjectiva

Segundo o artigo 6º, que define as bases da Tributação Única sobre os rendimentos, (Lei nº 127/IV/95, de 26 de Junho), o Imposto Único sobre os Rendimentos é devido pelas pessoas singulares que residam em território cabo-verdiano e pelas que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos.

Para as Pessoas Singulares com domicílio fiscal em território cabo-verdiano, o imposto Único Sobre Rendimento incide sobre a totalidade de rendimentos, obtidos no território nacional.

Os contribuintes não residentes em território cabo-verdiano estão sujeitos ao IUR unicamente pelos rendimentos aqui obtidos.

⁶ Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série nº 20, de 26 de Junho de 1995, artigo 5º e 6º, Lei nº 127/IV/95. (cit. Pag. 247,248)

Se os contribuintes forem casados, ambos os cônjuges ficarão sujeitos a IUR relativamente aos rendimentos do agregado familiar.

2.1.2 – Extensão da Obrigação

Nos termos do artigo 5º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O., 1ª série de 15 de Janeiro de 1996),⁷ para as Pessoas Singulares com domicílio fiscal em território cabo-verdiano, o imposto Único Sobre Rendimento incide sobre a totalidade de rendimentos, obtidos no território nacional.

As Pessoas Singulares que não tenham domicílio fiscal em território cabo-verdiano ficam sujeitas a imposto único apenas quanto ao rendimento aqui obtidos.

As pessoas singulares consideram-se residentes em Cabo Verde desde que hajam permanecido aqui mais de 183 dias, seguidos ou interpolados, ou tendo permanecido menos tempo, aí disponham, em 31 de Dezembro desse ano, de habitação que seja a sua residência habitual.

2.1.3 – Período da Tributação

Segundo o artigo 6º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), o imposto único é devido por cada ano económico, que coincidirá por cada exercício económico, com o ano civil, podendo no entanto ser inferior a um ano:⁸

- No exercício de início de tributação, em que é constituído pelo período decorrido entre a data em que se iniciam actividades ou se começam a obter rendimentos que dão origem a sujeição do imposto e o fim do exercício;
- No exercício de cessação da actividade, em que é constituído pelo período decorrido entre o início do exercício e a data da cessação da actividade;
- Quando as condições de sujeição a imposto ocorram e deixem de verificar-se no mesmo exercício;

⁷ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série nº 1, de 15 de Janeiro 1996, artigo 5º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 8)

⁸ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série nº 1, de 15 de Janeiro de 1996, artigo 6º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 9).

- No exercício em que seja adoptado um período de tributação diferente do que vinha sendo seguido nos termos gerais.

2.1.4 – Rendimentos Isentos

Nos termos do artigo 12º do citado (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), são isentos:⁹

- Os rendimentos de trabalho dependente no valor anual igual ou inferior a 200.000\$00;
- Os subsídios de refeição, os abonos para falhas, as ajudas de custo, os abonos de família, as verbas para viagens e deslocações e a utilização de veículos automóveis ou habitações em função de serviço, em igualdade de circunstância, com os valores atribuídos aos funcionários públicos;
- O rendimento do exercício de “munus espiritual” por parte dos eclesiásticos;
- Os rendimentos auferidos pelo pessoal integrante das missões diplomáticas e consulares, bem como o pessoal das organizações internacionais quanto às remunerações auferidas nessa qualidade;
- As pensões de reforma ou aposentação até o montante anual de 960.000\$00;
- As importâncias a qualquer título percebidas em decorrência de cessação convencional ou judicial de trabalho ou de funções públicas, de gestor, administrador, ou gerente de qualquer de qualquer pessoa colectiva, ficam isentas de tributação na porção que seja inferior ao valor da remuneração base correspondente a um mês e meio multiplicado pelo número de anos ou fracção de antiguidade ou de exercício de funções na entidade devedora de rendimentos.

Diversa legislação, nomeadamente sucessivas Leis do Orçamento Geral do Estado introduziram várias outras isenções.

⁹ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série nº 1 de 15 de Janeiro de 1996, artigo 12º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 12).

2. 2 – Métodos de Tributação

A tributação pessoal é efectuada por dois métodos: método declarativo e método estimativa.

Segundo o artigo 14º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), o método declarativo aplica-se à tributação dos rendimentos de trabalho dependente. A determinação da matéria colectável efectua-se pela declaração do contribuinte ou nos casos de substituição tributária pela entidade que legalmente o deva efectuar.

O rendimento colectável da tributação pessoal é o que resulta do englobamento do rendimento das várias categorias.

O sujeito passivo poderá optar pelo englobamento dos rendimentos sujeitos ao regime de taxas liberatórias, são taxas de IUR pague pelos contribuintes com remunerações não fixas, (*Rendimento de categoria C aplicação de capitais*).

Os rendimentos de trabalho dependente, Categoria D:

São tributados segundo o método declarativo englobando os rendimentos do próprio contribuinte, do cônjuge e dos filhos e enteados menores e não emancipados e dos que sejam incapazes de angariar os meios de subsistência, quando o contribuinte ou o cônjuge sejam administradores de bens.

Se os titulares de rendimentos de trabalho dependente possuírem, para além deste, outro tipo de rendimentos, deverão englobá-los conjuntamente.

Nos termos do artigo 21º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), o método de estimativa aplica-se a todas as pessoas singulares não enquadradas no conceito fiscal de empresas.

A matéria colectável é determinada por presunção, tendo em conta o volume de negócios declarado pelo contribuinte e a actividade exercida.

Na falta de declaração de rendimentos, após o decurso do prazo legal, a matéria colectável será determinada oficiosamente tendo em conta as condições normais de produção e de mercado no ano.

O método estimativa é também aplicável aos rendimentos do trabalho independente e prediais.

2.2.1 – Deduções e Abatimentos

Rendimentos de trabalho dependente:

De acordo com o artigo 16º do RIUR, na redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado, publicado no B.O. 1ª série nº 47 de 28 de Dezembro de 2007), o apuramento do rendimento global líquido de contribuintes residentes em Cabo Verde, deduz-se:¹⁰

a) Mínimo de existência referente ao ano 2008:

Solteiros, viúvos, divorciados 200.000\$00

Casados, único titular 250.000\$00

Casados, dois ou mais titulares 400.000\$00

b) Encargos familiares referente ao ano 2008:

- Por cada filho, filhos e enteados menores e não emancipados, o valor de 25.000\$00, com o máximo de 100.000\$00;

¹⁰ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro de 1996, artigo 16º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag.16).

- 80% do valor dos recibos de renda de habitação ocupada pelo contribuinte e respectivo agregado familiar com o máximo de 240.000\$00;
- Os juros e encargos de dívida constituídos para melhoramentos, construção ou aquisição de residência permanente com o máximo de 240.000\$00;
- 40% dos recibos passados por profissionais liberais nomeadamente consultas médicas ou afins, com o máximo de 80.000\$00;
- As pensões que o contribuinte esteja obrigado, por decisão imposta ou acordo homologado pelo tribunal competente com um máximo de 240.000\$00;
- 60% das despesas de educação com dependentes, incluindo os maiores de idade até 26 anos, bem como das despesas de educação dos contribuintes, que tenham estado matriculados num estabelecimento de ensino e tenham obtido aproveitamento escolar, com um máximo de 240.000\$00 (duzentos e quarenta mil escudos);
- O valor de 50.000\$00 por cada indivíduo que tenha sido declarado em estado de invalidez permanente e viva, em situação de dependência económica, com o contribuinte;
- 50% das despesas de saúde, com o máximo de 100.000\$00(cem mil escudos);
- Valor de 50.000\$00, em dois em dois anos, para aquisição de equipamentos informáticos;
- 100% das quotizações obrigatórias ou voluntárias para a previdência social, ou organizações sindicais a que estejam sujeitos os titulares de rendimento do trabalho ou actividade comercial ou industrial;
- 100% dos prémios de seguros de vida, de doença ou de acidentes pessoais, relativos ao sujeito passivo e seus dependentes, com um máximo de 30.000\$00;
- 100% dos donativos ao Estado, Municípios, escolas, infantários, instituições de cultura, lar de idosos, ou pessoas colectivas de utilidade pública com um máximo de 240.000\$00.

A importância total das colectas e adicionais respeitantes aos rendimentos englobados pelos componentes do agregado familiar residentes em Cabo Verde.

Aos contribuintes residentes no estrangeiro, deduzir-se-á somente o valor de 80.000\$00, a título de mínimo de existência.

As deduções relatadas anteriormente são provadas documentalmente.

As provas documentais, desde que apresentadas num ano, já não necessitam de ser renovadas no ano seguinte, portanto, que digam respeito às mesmas deduções.

Rendimentos de trabalho independente:

Segundo o artigo 17º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), a determinação do rendimento líquido do trabalho independente é:¹¹

Efectuado pelo método declarativo quando o sujeito passivo aufera em conjunto rendimentos de trabalho dependente.

Nos restantes casos far-se-á de acordo com os pressupostos do método de estimativa ou pelo método de verificação com base na contabilidade do contribuinte.

Quando o contribuinte aufera rendimentos de trabalho independente e dependente deduzir-se-ão, 10% dos rendimentos de trabalho independente.

Na tributação dos rendimentos da categoria B e da categoria D – trabalho independente – deduzir-se-á sempre o mínimo de existência em função da situação familiar, desde que os rendimentos sejam tributados numa única categoria.

¹¹ Boletim Oficial de Cabo verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro 1996, artigo 17º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 11).

Rendimentos prediais:

Segundo o artigo 18º, do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996),¹² aos rendimentos prediais englobáveis nos termos do RIUR, deduzir-se-á sempre uma percentagem de 10% para despesas de manutenção e conservação.

Podem ser deduzidos, à matéria colectável 30% dos juros e amortizações de dívidas contraídas para aquisição ou construção de imóveis destinados ao arrendamento para habitação permanente do inquilino, com o máximo de 120.000\$00.

Os contribuintes que auferem exclusivamente rendimentos prediais, deduzem-se aos rendimentos brutos o mínimo de existência legalmente estabelecido.

Rendimentos de categoria C:

De acordo com o artigo 19º do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), Os rendimentos de Categoria C - Rendimentos de capitais e outros rendimentos tais como os provenientes de Jogos, Lotarias e apostas mutuas estão sujeitos ao regime de taxas liberatórias, pelo rendimento bruto.¹³

2.2.2 – Taxa de Tributação

A taxa a aplicar é o factor decisivo para a determinação da colecta.

Quanto mais elevado for a taxa a aplicar, maior será a receita do imposto ou da colecta, visto estar fixada a um factor – matéria colectável.

¹² Boletim Oficial de Cabo verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro 1996, artigo 18º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 11).

¹³ Boletim Oficial de Cabo verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro 1996, artigo 19º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 11).

As taxas de tributação das Pessoas Singulares são publicadas anualmente através da lei que aprova o Orçamento Geral do Estado.

Método de Estimativa:

A taxa de tributação para contribuintes do método de estimativa é de 20%.

As taxas de tributação para contribuintes do método declarativo são as constantes no seguinte quadro referente ao ano 2008, do artigo 16º, da lei do Orçamento geral do Estado, publicado no B.O., I série nº 47, de 28 de Dezembro de 2007.

Quadro I – Tabela Prática da taxa do Imposto Único Sobre Rendimento, artigo 16º, (2008).

Escalões de rendimentos	Taxa Normal	Taxa Média
Até 385.000\$00	15%	15%
De 385.000\$00 a 810.000\$00	20%	17.62%
De 810.000\$00 a 1620.000\$00	27.50%	22.56%
De 1620.000\$00 a 2.430.000\$00	35%	26.71%
Superior a 2.430.000\$00	45%	

As taxas liberatórias são as seguintes:

- Juros de depósitos a prazo, aplicáveis a todos os depositantes, com excepção dos depósitos de emigrantes – 20%.
- Os restantes rendimentos de aplicação de capitais, com exclusão dos lucros distribuídos sobre qualquer forma, incluindo os apurados na liquidação de sociedades e dos organismos de investimento colectivos – 15%.
- Rendimento auferido por não residentes, mesmo que não tenham estabelecimentos estáveis, a incidir sobre o valor de facturação – 20%.
- Rendimentos provenientes de ganhos de jogos, lotarias e apostas mutuas – 15%.

Determinação e aplicação:

Os rendimentos isentos entram no englobamento, para efeitos de determinação de taxas, enquanto os rendimentos tributáveis, somente são de se considerar para o efeito de determinação do rendimento tributável.

Os rendimentos isentos são imputados proporcionalmente à fracção de rendimento a que corresponder a taxa média e a taxa normal.

Não são incluídas as ajudas de custo até aos limites fixados pela tabela da Função Pública.

Na determinação e aplicação das taxas deverão observar-se as seguintes regras:

Quando o rendimento global líquido (incluindo os rendimentos isentos) estiver compreendido no primeiro escalão de rendimento ou cuja soma coincida com o limite superior de algum dos escalões, a taxa é a correspondente a taxa média.

Nos restantes casos, dividir-se-á o seu quantitativo em duas partes:

Uma igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, a taxa é a correspondente taxa média;

Outra igual ao excedente a taxa é a correspondente taxa normal respeitante ao escalão imediatamente superior.

Nos casos de contribuintes casados, o montante de rendimentos a ser considerado para o efeito da determinação de taxas, é o que se resulta da divisão do rendimento global líquido englobado por dois (2) “*Splitting*”.

2.2.3 – Retenção na fonte

A retenção na fonte constitui um mecanismo de antecipação do pagamento do IUR através da retenção de um valor no acto do pagamento ou colocação à disposição do rendimento aos contribuintes pela entidade devedora ou pagadora.

O imposto pago por retenção na fonte pode ter carácter definitivo ou representar um pagamento por conta do imposto que se mostre devido à final.

As taxas de retenção na fonte para os rendimentos provenientes de recibos de pagamento, de prestação de serviços e de actividades enquadráveis nas profissões liberais, ou equiparadas:

**Quadro II -Tabela Prática da taxa de Retenção na Fonte de Profissionais Liberais
artigo 18º, (2008)**

Remuneração por recibo	Taxa
Igual ou inferior a 5.000\$00	10%
Superior a 5.000\$00 e até 50.000\$00	15%
Superior a 50.000\$00 e até 100.000\$00	20%
Superior a 100.000\$00	24%

A retenção do IUR sobre rendimentos de categoria A – rendimentos prediais e rendimentos de prestação de serviço provenientes do exercício de qualquer actividade por conta própria, que não revista a natureza de trabalho dependente ou independente como Profissional Liberal, é efectuada pela aplicação da taxa de **10%**, desde que o trabalho ou prestação de serviço efectuada seja de carácter continuado ou tratando-se de actividades acidentais, em valores iguais ou superiores a 5.000\$00.

A tabela prática de retenção mensal, constante do anexo I, é aplicada às remunerações do trabalho, rendimentos da categoria D – Trabalho dependente auferidas pelos contribuintes

do método declarativo. (Artigo 5º, publicado no B.O. I Série nº 5 de 4 de Fevereiro de 2008).

2.3 - Determinação da matéria colectável

2.3.1 – Determinação da matéria colectável – método declarativo

De acordo com o artigo 14º do RIUR,¹⁴ (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), a determinação da matéria colectável efectua-se pela declaração do contribuinte ou nos casos de substituição tributária pela entidade que legalmente o deva efectuar.

O rendimento colectável da tributação pessoal é o que resulta de englobamento do rendimento das várias categorias, ainda que deles isentos, auferido em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos definidos neste regulamento de acordo com os princípios estabelecidos no artigo nº 8 da lei nº 127/IV/95, de 26 de Junho.

O sujeito passivo poderá optar pelo englobamento dos rendimentos que nos termos deste regulamento fiquem sujeitos ao regime de taxas liberatórias.

2.3.2 – Obrigações acessórias dos métodos declarativo e estimativo

Nos termos do artigo 54º do RIUR,¹⁵ (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), os contribuintes do método declarativo apresentarão, anualmente em triplicado, até 31 de Março, a declaração de rendimentos na repartição de finanças da área de residência do agregado familiar, à qual deverão ser juntos os comprovativos dos abatimentos previstos neste regulamento.

¹⁴ Boletim Oficial de Cabo verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro 1996, artigo 14º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag.10)

¹⁵ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série, nº 1 de 15 de Janeiro de 1996, artigo nº 54, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag.18)

Os contribuintes do método da estimativa apresentarão, anualmente, em relação ao conjunto das actividades exercidas no ano anterior, a declaração modelo 1A, até 31 de Março.

A declaração do modelo será apresentada, em triplicado, sendo no acto da entrega devolvido um exemplar devidamente autenticado, na Repartição de Finanças do concelho onde o contribuinte tiver domicílio.

2.3.3 – Liquidação

A Liquidação do IUR compete aos serviços centrais da D.G.C.I., tendo lugar no ano seguinte aquele a que os rendimentos respeitam.

Nos termos do artigo 64º, do citado RIUR,¹⁶ a liquidação do imposto no método declarativo será efectuada pelo contribuinte, querendo, na declaração modelo 1 ou pela Repartição de Finanças nos restantes casos.

O RIUR para o método declarativo prevê as seguintes liquidações:

- A liquidação provisória deverá efectuar-se até 20 de Dezembro de cada ano (artigo 65º do RIUR).
- A liquidação correctiva será efectuada até 30 de Junho pelo contribuinte, ou oficiosamente, pelos serviços de Administração Fiscal (artigo 66º do RIUR).
- A liquidação adicional verifica-se quando se detectar que nas liquidações se cometeram erros de facto ou de direito ou quando, depois de liquidado o imposto, seja de exigir em virtude de exame à escrita ou confirmação de matéria colectável maior imposto do que foi liquidado, nos termos do (artigo 67º do RIUR).

¹⁶ Boletim Oficial de Cabo Verde, I série, nº 1, de 15 de Janeiro de 1996, artigo 64º, 65º, 66º e 67º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 20, 21).

2.3.4 – Cobrança e Pagamento

De acordo com o nº 1 do artigo 70º do RIUR, (Decreto-Lei nº1/96, B.O. 1ª série de 15 de Janeiro de 1996), os conhecimentos de cobrança serão entregues na Banca Comercial nos seguintes prazos:

- Até 20 de Dezembro, referentes às liquidações provisórias;
- Até 20 de Junho, referentes à liquidação correctiva dos contribuintes do método declarativo e estimativa.

2.4 – Evasão e Fraude fiscal

Evasão fiscal

José Alberto Pinheiro Pinto ensina, no seu livro intitulado “Fiscalidade”, que a “Evasão fiscal é uma situação em que o objecto último de reduzir a carga fiscal se atinge mediante o recurso a uma via legal”.¹⁷ Segundo o fiscalista, a evasão fiscal assenta na própria lei, ou seja nas deficiências da sua redacção ou nas suas lacunas, permitindo o aproveitamento no sentido de se reduzir a carga fiscal.

Fraude fiscal

A fraude fiscal é a forma mais grave de evasão fiscal, ela é punida com severidade no nosso ordenamento jurídico.

De acordo com o artigo 111º do Código Geral Tributário,¹⁸ quem, com intenção de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial indevida, ocultar ou alterar factos ou valores que constar das declarações que, para efeitos fiscais, apresente ou preste a fim de que a Administração Fiscal, especificamente determine, avalie ou controle a matéria colectável; ou celebrar negócio jurídico simulado, quer quanto ao valor quer quanto à natureza por

¹⁷ José Alberto Pinheiro Pinto, “Fiscalidade”. (1998). Areal Editores. 2ª Edição. (cit. Pag. 15).

¹⁸ Código Geral tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag. 44, 45).

interposição, omissão ou substituição de pessoas, com vista a uma diminuição das receitas fiscais ou à obtenção de um benefício fiscal injustificado, será punido com uma multa de 100 dias.

A pena não será inferior a 700 dias de multa se nos casos previstos no número anterior ocorrem separada ou cumulativamente as seguintes circunstâncias: a vantagem patrimonial indevida for superior a 1.000.000\$00; o agente for funcionário público e tiver abusado gravemente das suas funções; o agente se tiver socorrido, para a prática do crime, do auxílio de funcionário público, com grave abuso das suas funções, ou agente manipular indevidamente livros ou documentos fiscalmente relevantes.

Verifica-se manipulação indevida quando o agente falsificar ou viciar, ocultar, destruir, inutilizar ou recusar entregar ou apresentar documentos fiscalmente relevantes; ou usar certos livros ou documentos sabendo-os falsificados ou viciados por terceiros.

Se nos casos previstos nos números anteriores a vantagem patrimonial indevida não for superior a 100.000\$00, a pena será de multa até 100 dias.

2.4.1 - Fiscalização

Entidades fiscalizadoras

Segundo o artigo 78º do RIUR,¹⁹ o cumprimento das obrigações impostas por este diploma será fiscalizado, em geral, e dentro dos limites da sua competência, por todas as autoridades, autarquias locais, repartições públicas e pessoas colectivas de direito público e, em especial, pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e pela Direcção-geral das Alfandegas.

¹⁹ Boletim Oficial de Cabo. I série nº 1 de 15 de Janeiro de 1996, artigo 78º, Decreto-Lei nº 1/96. (cit. Pag. 22, 23).

O pessoal afecto ao serviço de inspecção tributária e os fiscais de impostos poderão examinar os arquivos de repartições públicas e autarquias locais, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, bem como os livros e documentos dos contribuintes.

As autoridades civis e militares deverão prestar aos funcionários de Finanças todo o auxílio que estes lhes requererem para efeitos de fiscalização a seu cargo

3 – TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS FAMILIARES – ESTUDO DO CASO

Os rendimentos dos cônjuges são, obrigatoriamente, tributados no IUR-PS em conjunto, neste caso por opção a quem vive em união de facto. É estendido também, entretanto, a agregados constituídos por duas ou mais pessoas que vivam em economia comum há mais de dois anos, desde que uma seja maior de idade.

Essa regra da tributação conjunta dos rendimentos familiares do agregado familiar se aplica seja qual for o regime de bens.

Para que possa demonstrar a aplicação prática do apuramento do imposto dos rendimentos dos agregados familiares, em separado (Anexos II, III, IV, V, VI e VII), apresentam-se alguns formulários modelo 6A da Repartição de Finanças de São Vicente em que os rendimentos estão calculados pelo método do “splitting” conjugal na tributação dos contribuintes casados dois titulares.

Os quadros abaixo representam o apuramento do imposto em separado dos contribuintes, referente aos modelos 6A (Anexos II, III, IV, V, VI e VII).

Quadro III – Nota de apuramento do imposto

				Contrib. A	Contrib.B
Rendimento				1.100.000\$	680.000\$
Rendimento Tributável				1.100.000\$	680.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (2)				50.000\$	50.000\$
Renda de Casa	80%	240.000\$			
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$	300.000\$	240.000\$	240.000\$
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$			
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$	4.355\$	4.355\$	4.355\$
Despesas de educação	60%	240.000\$	52.214\$	31.328\$	31.328\$
Despesas de saúde	50%	100.000\$	23.165\$	11.583\$	11.583\$
Dependentes est. validez	-	-	50.000\$	50.000\$	50.000\$
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$			
Previdência social	100%	Sem limite		88.000\$	54.400\$
Donativos	100%	240.000\$		13.800\$	13.800\$
Total das deduções				689.066\$	655.466\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				142.722\$	57.750\$
2º Escalão				79.750\$	59.000\$
Total do imposto				222.472\$	116.750\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				121.413\$	98.320\$
2º Escalão					
Imposto devido				101.059\$	18.430\$
Retenção na fonte				148.500\$	64.600\$
Imposto a devolver				47.441\$	46.170\$

Quadro IV – Cálculos auxiliares do quadro três

Contribuinte A		Contribuinte B
Rendimentos	1.100.000\$	680.000\$
1º Escalão	$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$	$385.000\$ \times 15\% = 57.750\$$
2º Escalão	$290.000\$ \times 27.5\% = 79.750\$$	$295.000\$ \times 20\% = 59.000\$$
Total	222.472\$	116.750\$
Deduções	689.066\$	655.466\$
1º Escalão	$689.066\$ \times 17.62\% = 121.413\$$	$655.466\$ \times 15\% = 98.320\$$
Imposto devido	$222.472\$ - 121.413\$ = 101.059\$$	$116.750\$ - 98.320\$ = 18.430\$$
Retenção na fonte	$1.100.000\$ / 12 \times 13.5\% \times 12 =$	$680.000\$ / 12 \times 9.5\% \times 12 =$
	148.500\$	64.600\$
Imposto a devolver	$101.059\$ - 148.500\$ = 47.441\$$	$18.430\$ - 64.600\$ = 46.170\$$

Quadro V – Nota de apuramento do imposto

				Contrib. A	Contrib.B
Rendimento				4.000.000\$	3.500.000\$
Rendimento Tributável				4.000.000\$	3.500.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (0)					
Renda de Casa	80%	240.000\$			
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$			
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$			
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$			
Despesas de educação	60%	240.000\$			
Despesas de saúde	50%	100.000\$			
Dependentes est. validez	-	-			
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$			
Previdência social	100%	Sem limite		320.000\$	280.000\$
Donativos	100%	240.000\$			
Total das deduções				520.000\$	480.000\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				649.053\$	649.053\$
2º Escalão				706.500\$	481.500\$
Total do imposto				1.355.553\$	1.130.553\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				138.892\$	128.208\$
2º Escalão					
Imposto devido				1.216.661\$	1.002.345\$
Retenção na fonte				1.240.000\$	1.015.000\$
Imposto a devolver				23.339\$	12.655\$

Quadro VI – Cálculos auxiliares do quadro cinco

Contribuinte A		Contribuinte B	
Rendimentos	4.000.000\$		3.500.000\$
1º Escalão	$2.430.000\$ \times 26.71\% = 649.053\$$		$2.430.000\$ \times 26.71\% = 649.053\$$
2º Escalão	$1.570.000\$ \times 45\% = 706.500\$$		$1.070.000\$ \times 45\% = 481.500\$$
Total	1.355.553\$		1.130.553\$
Deduções	520.000\$		480.000\$
1º Escalão	$520.000\$ \times 26.71\% = 138.892\$$		$480.000\$ \times 26.71\% = 128.208\$$
Imposto devido	$1.355.553\$ - 138.892\$ = 1.216.661\$$		$1.130.553\$ - 128.208\$ = 1.002.345\$$
Retenção na fonte	$4.000.000\$ / 12 \times 31\% \times 12 = 1.240.000\$$		$3.500.000\$ / 12 \times 29\% \times 12 = 1.015.000\$$
Imposto a devolver	$1.216.661\$ - 1.240.000\$ = 23.339\$$		$1.002.345\$ - 1.015.000\$ = 12.655\$$

Quadro VII – Nota de apuramento do imposto

				Contrib. A	Contrib.B
Rendimento				1.200.000\$	1.500.000\$
Rendimento Tributável				1.200.000\$	1.500.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (2)				50.000\$	50.000\$
Renda de Casa	80%	240.000\$	240.000\$	192.000\$	192.000\$
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$			
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$	10.000\$	4.000\$	4.000\$
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$	12.000\$	12.000\$	12.000\$
Despesas de educação	60%	240.000\$	4.355\$	2.613\$	2.613\$
Despesas de saúde	50%	100.000\$	52.214\$	26.107\$	26.107\$
Dependentes est. validez	-	-	50.000\$	50.000\$	50.000\$
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$	2.500\$	2.500\$	2.500\$
Previdência social	100%	Sem limite		96.000\$	120.000\$
Donativos	100%	240.000\$	13.800\$	13.800\$	13.800\$
Total das deduções				649.020\$	673.020\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				142.722\$	142.722\$
2º Escalão				107.250\$	189.750\$
Total do imposto				249.972\$	332.472\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				114.357\$	118.586\$
2º Escalão					
Imposto devido				135.615\$	213.886\$
Retenção na fonte				180.000\$	262.500\$
Imposto a devolver				44.385\$	48.614\$

Quadro VIII – Cálculos auxiliares do quadro sete

Contribuinte A		Contribuinte B	
Rendimentos	1.200.000\$		1.500.000\$
1º Escalão	$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$		$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$
2º Escalão	$390.000\$ \times 27.5\% = 107.250\$$		$690.000\$ \times 27.5\% = 189.750\$$
Total	249.972\$		332.472\$
Deduções	649.020\$		673.020\$
1º Escalão	$649.020\$ \times 17.62\% = 114.357\$$		$673.020\$ \times 17.62\% = 118.586\$$
Imposto devido	$249.972\$ - 114.357 = 135.615\$$		$332.472\$ - 118.586 = 213.886\$$
Retenção na fonte	$1.200.000\$ / 12 \times 15\% \times 12 = 180.000\$$		$1.500.000\$ / 12 \times 17.5\% \times 12 = 262.500\$$
Imposto a devolver	$135.615\$ - 180.000\$ = 44.385\$$		$213.886\$ - 262.500 = 48.614\$$

Quadro IX – Nota de apuramento do imposto

				Contrib. A	Contrib.B
Rendimento				1.000.000\$	380.000\$
Rendimento Tributável				1.000.000\$	380.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (1)				25.000\$	25.000\$
Renda de Casa	80%	240.000\$			
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$	200.000\$	200.000\$	200.000\$
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$	10.000\$	4.000\$	4.000\$
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$	12.000\$	12.000\$	12.000\$
Despesas de educação	60%	240.000\$	4.355\$	2.613\$	2.613\$
Despesas de saúde	50%	100.000\$	52.214\$	26.107\$	2 6.107\$
Dependentes est. validez	-	-	50.000\$	50.000\$	50.000\$
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$	2.500\$	2.500\$	2.500\$
Previdência social	100%	Sem limite		80.000\$	30.400\$
Donativos	100%	240.000\$	13.800\$	13.800\$	13.800\$
Total das deduções				616.020\$	566.420\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				142.722\$	57.000\$
2º Escalão				52.250\$	-
Total do imposto				194.972\$	57.000\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				108.543\$	84.429\$
2º Escalão					
Imposto devido				86.429\$	-
Retenção na fonte				130.000\$	17.100\$
Imposto a devolver				43.571\$	17.100\$

Quadro X – Cálculos auxiliares do quadro nove

Contribuinte A		Contribuinte B	
Rendimentos	1.000.000\$		380.000\$
1º Escalão	$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$		$380.000\$ \times 15\% = 57.000\$$
2º Escalão	$190.000\$ \times 27.5\% = 52.250\$$		-
Total	194.972\$		57.000\$
Deduções	616.020\$		566.420\$
1º escalão	$616.020\$ \times 17.62\% = 108.543\$$		$566.420\$ \times 15\% = 84.963\$$
Imposto devido	$194.972\$ - 108.543\$ = 86.429\$$		-
Retenção na fonte	$1.000.000\$ / 12 \times 13\% \times 12 = 130.000\$$		$380.000\$ / 12 \times 4.5\% \times 12 = 17.100\$$
Imposto a devolver	$86.429\$ - 130.000\$ = 43.571\$$		17.100\$

Quadro XI – Nota de apuramento do imposto

				Contrib. A	Contrib.B
Rendimento				1.460.161\$	1.800.000\$
Rendimento Tributável				1.460.161\$	1.800.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (2)				50.000\$	50.000\$
Renda de Casa	80%	240.000\$	192.000\$	192.000\$	192.000\$
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$			
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$	10.000\$	4.000\$	4.000\$
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$	12.000\$	12.000\$	12.000\$
Despesas de educação	60%	240.000\$	4.355\$	2.613\$	2.613\$
Despesas de saúde	50%	100.000\$	52.214\$	26.107\$	26.107\$
Dependentes est. validez	-	-	50.000\$	50.000\$	50.000\$
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$	2.500\$	2.500\$	2.500\$
Previdência social	100%	Sem limite		116.813\$	144.000\$
Donativos	100%	240.000\$	13.800\$	13.800\$	13.800\$
Total das deduções				669.833\$	697.020\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				142.722\$	142.722\$
2º Escalão				178.794\$	272.250\$
Total do imposto				321.516\$	414.972\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				118.025\$	122.815\$
2º Escalão					
Imposto devido				203.491\$	292.157\$
Retenção na fonte				248.227\$	342.000\$
Imposto a devolver				44.736\$	49.843\$

Quadro XII – Cálculos auxiliares do quadro onze

Contribuinte A		Contribuinte B	
Rendimentos	1.460.161\$		1.800.000\$
1º Escalão	$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$		$810.000\$ \times 17.62\% = 142.722\$$
2º Escalão	$650.161\$ \times 27.5\% = 178.794\$$		$990.000\$ \times 27.5\% = 272.250\$$
Total	321.516\$		414.972\$
Deduções	669.833\$		697.020\$
1º Escalão	$669.833\$ \times 17.62\% = 118.025\$$		$697.020\$ \times 17.62\% = 122.815\$$
Imposto devido	$321.516\$ - 118.025 = 203.491\$$		$414.972\$ - 122.815 = 292.157\$$
Retenção na fonte	$1.460.161\$ / 12 \times 17\% \times 12 = 248.227\$$		$1.800.000\$ / 12 \times 19\% \times 12 = 342.000\$$
Imposto a devolver	$203.491\$ - 248.227 = 44.736\$$		$292.157\$ - 342.000\$ = 49.843\$$

Quadro XIII – Nota de apuramento do imposto

				Contrib.A	Contrib.B
Rendimento				2.300.000\$	2.400.000\$
Rendimento Tributável				2.300.000\$	2.400.000\$
Deduções					
	Taxa	V.máximo	Declarado	Aceite	Aceite
Mínimo de Existência				200.000\$	200.000\$
Encargos Familiares					
Filhos (1)				25.000\$	25.000\$
Renda de Casa	80%	240.000\$			
Juros e encar. div. habit.	100%	240.000\$	533.311\$	240.000\$	240.000\$
Recibos Prof. Liberais	40%	80.000\$	500.000\$	80.000\$	80.000\$
Pensões Obrigatórias	100%	240.000\$	240.000\$	240.000\$	240.000\$
Despesas de educação	60%	240.000\$	14.600\$	8.760\$	8.760\$
Despesas de saúde	50%	100.000\$	23.165\$	11.583\$	11.583\$
Dependentes est. validez	-	-	50.000\$	50.000\$	50.000\$
Aquisição Eq. informat	-	50.000\$			
Previdência social	100%	Sem limite		184.000\$	192.000\$
Donativos	100%	240.000\$	13.800\$	13.800\$	13.800\$
Total das deduções				1.053.143\$	1.061.143\$
Demonstra. Liquidação					
Cálculo do imposto					
1º Escalão				365.472\$	365.472\$
2º Escalão				238.000\$	273.000\$
Total do imposto				603.472\$	638.472\$
Abatimento (deduções)					
1º Escalão				237.589\$	239.394\$
2º Escalão					
Imposto devido				365.883\$	399.078\$
Retenção na fonte				517.500\$	522.000\$
Imposto a devolver				151.617\$	152.922\$

Quadro XIV – Cálculos auxiliares do quadro treze

Contribuinte A		Contribuinte B	
Rendimentos	2.300.000\$		2.400.000\$
1º Escalão	$1.620.000\$ \times 22.56\% = 365.472\$$		$1.620.000\$ \times 22.56\% = 365.472\$$
2º Escalão	$680.000\$ \times 35\% = 238.000\$$		$780.000\$ \times 35\% = 273.000\$$
Total	603.472\$		638.472\$
Deduções	1.053.143\$		1.061.143\$
1º Escalão	$1.053.143\$ \times 22.56\% = 237.589\$$		$1.061.143\$ \times 22.56\% = 239.394\$$
Imposto devido	$603.472\$ - 237.589\$ = 365.883\$$		$638.472\$ - 239.394\$ = 399.078\$$
Retenção na fonte	$2.300.000\$ / 12 \times 22.5\% \times 12 = 517.500\$$		$2.400.000\$ / 12 \times 23\% \times 12 = 522.000\$$
Imposto a devolver	$365.883\$ - 517.500\$ = 151.617\$$		$399.078\$ - 522.000\$ = 152.922\$$

Os quadros III, V, VII, IX, XI e XIII representam o apuramento dos impostos em separados dos modelos 6A dos Anexos II, III, IV, V, VI, e VII referente ao ano de 2008, dos contribuintes casados dois titulares pelo método “*Splitting*” conjugal.

No que diz respeito aos rendimentos cada contribuinte tem o seu rendimento próprio em separado. Relativamente ao mínimo de existência, segundo o artigo 16º do RIUR, na redacção dada pela Lei nº 20/VII/2007, do Orçamento geral do Estado, para o ano de 2008, o valor aceite é de 200.000 (duzentos contos), para cada contribuinte no estado solteiro.

Quanto aos encargos familiares partimo-nos de pressupostos que cada contribuinte tem os mesmos encargos ou seja as mesmas despesas para efeitos de abatimentos (deduções). O valor da previdência social (seguros), foi feita com base no rendimento anual vezes a respectiva taxa de 8%.

Na demonstração da liquidação para os cálculos dos impostos os valores obtidos foram feitos com base no quadro I, em que os rendimentos compreendidos no 1º escalão da tabela ou cujo o quantitativo coincida com o limite superior de alguns dos escalão dessa tabela, aplicamos a correspondente taxa média; quanto aos restantes rendimentos, dividir-se-á o seu quantitativo em duas partes, uma igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, a qual se aplicamos a taxa média correspondente a esse escalão; outra igual ao excedente a qual se aplica a taxa normal respeitante ao escalão imediatamente superior.

Nos valores dos abatimentos (deduções) aplicamos as correspondentes taxas média do 1º escalão. Os valores dos impostos devidos foram obtidos a partir da aplicação das taxas aos respectivos rendimentos anuais menos os abatimentos (deduções).

Quanto aos valores da retenção na fonte foram obtidos pelos rendimentos tributáveis dividido por doze (1 ano), vezes a taxa da tabela prática do anexo I, vezes doze. E por último os valores dos impostos a devolver ou a pagar foram encontrados a partir do quantitativo do imposto devido menos a retenção na fonte.

Relativamente ao apuramento do imposto dos contribuintes casados, dois titulares, pelo método “*Splitting*” conjugal, é de salientar que, com base nos modelos 6A obtidos junto da Repartição de Finanças, fizemos o apuramento do imposto em separado, tendo chegado a conclusão que a tributação dos rendimentos do agregado familiar em separado é mais vantajosa para os contribuintes do que em conjunto.

- No caso, do apuramento em conjunto (Anexo II), os dois titulares recebem da Repartição das Finanças a quantia de 49.895\$00 de reembolso de IUR, e em separado (Quadro III), recebem o montante de 93.611\$00;

- No caso do quadro V, é de referir que em conjunto (Anexo III), eles recebem a quantia de 35.994\$00 de reembolso de IUR, enquanto em separado recebem a mesma quantia;

- Já em relação ao quadro VII, salienta-se que em conjunto (Anexo IV), recebem a quantia de 30.797\$00 de reembolso de IUR, enquanto em separado recebem 92.999\$00;

- No caso do quadro IX, em conjunto (Anexo V), recebem a quantia de 19.463\$00 de reembolso de IUR, em separado, recebem 60.671\$00;

- No quadro XI, em conjunto (Anexo VI), recebem a quantia de 80.948\$00 de reembolso de IUR, e em separado, recebem 94.579\$00 e

- No quadro XIII, em conjunto (Anexo VII), pagam a quantia de 96.906\$00, e em separado, recebem 304.535\$00.

4 – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

O artigo nº 19 do Código Geral Tributário prevê um conjunto de garantias dos contribuintes:

4.1 – Direito à informação

1. Nos termos do artigo 20º, o direito à informação compreende, nomeadamente:²⁰

- a) O esclarecimento sobre a interpretação das leis tributárias e o modo mais cómodo e seguro de lhes dar cumprimento;
- b) A informação sobre a fase em que se encontram as petições ou reclamações do contribuinte e a previsão sobre o tempo da sua ultimação;
- c) A informação prévia vinculativa, desde que prestada pelos serviços centrais da administração fiscal;
- d) A comunicação ao denunciado da existência, teor e autoria das denúncias dolosas não confirmadas;
- e) O acesso dos contribuintes ou seus representantes aos respectivos processos individuais, devidamente organizados e conservados pela administração fiscal.

2. As informações referidas na alínea b) do nº 1 serão fornecidas no prazo máximo de 30 dias, devendo sempre o interessado o solicitar, ser prestado por escrito.

4.2 – Direito à fundamentação

- 1. As decisões em matéria tributária que afectam os direitos ou interesses legalmente protegidos dos contribuintes conterão os respectivos fundamentos de facto e de direito.
- 2. Os contribuintes têm direito ao conhecimento da fundamentação, que será notificado com a respectiva decisão. (art. 21 do Código Geral Tributário).²¹

²⁰ Código Geral tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag. 14)

²¹ Código Geral Tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag. 14).

4.3 – Direito de reclamação, audição e impugnação

Segundo o art. 23 do Código Geral Tributário, o direito de reclamação, audição e impugnação compreende, designadamente:²²

- a) A reclamação dos actos de fixação da matéria tributável;
- b) A reclamação dos actos tributários;
- c) Os recursos hierárquicos;
- d) A impugnação dos actos tributários;
- e) A audição e defesa no processo de transgressão fiscal;
- f) O recurso dos actos praticados pelo chefe da repartição de finanças no processo de execução fiscal que afectam os direitos e interesses legítimos dos contribuintes.

4.3.1 – Direito a juros indemnizatórios

O artigo 24º do Código Geral Tributário dispõe sobre os juros indemnizatórios de seguinte forma:²³

- 1 - Haverá direito a juros indemnizatórios a favor do contribuinte quando, em reclamação graciosa ou processo judicial, se determine que houve erro imputável aos serviços.
- 2 - Haverá também direito aos juros indemnizatórios quando, por motivo imputável aos serviços, não seja cumprido o prazo legal da restituição oficiosa dos impostos.

4.3.2 – Direito à redução das multas fiscais

- a) Nos termos do Código Geral Tributário do artigo 25º,²⁴ o contribuinte tem direito à redução das multas fiscais se o pedido de pagamento for por ele apresentando, antes da instauração do processo de transgressão.

²² Código Geral Tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag. 15).

²³ Código Geral Tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag. 15).

²⁴ Código Geral Tributário. (1993). Ministério das Finanças. (cit. Pag.16)

4.3.3 - Direito aos benefícios fiscais

O Código Geral Tributário entende benefícios fiscais por medidas de carácter excepcional instituídos para a tutela de interesse públicos extra fiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem, adiantando que são benefícios fiscais as isenções, as reduções de taxas, as deduções à matéria colectável e à colecta, as amortizações e reintegrações aceleradas e outras medidas fiscais que obedeçam às características enunciadas no número anterior.

O contribuinte tem direito aos benefícios fiscais desde que preenche os requisitos previstos na lei respectiva.

5 – CONCLUSÃO

O objectivo deste trabalho visava essencialmente estudar a forma como os rendimentos são tributados em Cabo Verde, com particular incidência na tributação de sujeitos passivos singulares, na vertente de rendimentos de agregados familiares.

Com a mudança na reforma a partir dos anos noventa o sistema fiscal Cabo-verdiano representa um passo considerável em frente, pois esse sistema mostrava-se desajustado da realidade económica do país, tendo, desde a década de 1960, evoluído de forma desajustada, com acentuação de características como a complexidade excessiva e a desigualdade de tratamento na determinação dos rendimentos tributáveis.

O sistema fiscal é estruturado com vista a satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas, realizar os objectivos da política económica e social do Estado e garantir uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza.

Com a inovação do antigo sistema analítico ou cedular o sistema de tributação dos rendimentos familiares teve vantagem significativa em termos de determinação da matéria colectável, em particular no que diz respeito à tributação dos agregados familiares pessoas singulares.

As entidades fiscalizadora, tem desempenhado um papel importante e dentro dos limites da sua competência em termos de fiscalização, evitando assim a evasão e eventuais fraude fiscais existentes.

Fizemos um estudo de caso sobre o apuramento do imposto dos contribuintes casados dois titulares, em que foi feito o apuramento do imposto em separado e obtivemos um resultado mais favorável para o contribuinte do que o apuramento em conjunto pelo método do “*splitting*” conjugal.

6 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LIVROS

Basto, J. G. X. (Setembro 2007). *IRS: Incidência Real e determinação dos rendimentos líquidos*. Coimbra Editora. 10ª Edição.

Gomes, N. de Sá. (1998). *Manual de direito fiscal*. Editor Rei dos Livros. 9º Edição (3ª reimpressão).

Marques, L. *Introdução à Fiscalidade*. Porto: Porto Editora, LDA. ISBN 972-0-32650-6.

Pinto, J. A. P. (1998). *Fiscalidade*. Areal Editores. 2ª Edição.

Santos, A. C. (Fevereiro 1999). *Da Questão fiscal à Reforma da reforma fiscal*. Editora Reis dos Livros.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Cabo Verde, *Constituição da República* – Assembleia Nacional. Edição (2000).

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 25/92, I Série (1992). Decreto – Lei, nº 147/92, de 30 de Dezembro.

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 13/99, I Série (1999). Decreto – Lei nº 18/99, de 26 de Abril.

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 20/95, I Série (1995). Lei, nº 127/IV/95, de 26 de Junho.

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 1/96, I Série (1996). Decreto – Lei, nº 1/96, de 15 de Janeiro.

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 16/05, I Série (2005). Lei, nº 59/VI/05, de 18 de Abril.

Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nr. 47/07, I Série (2007). Lei, nº 20/VII/2007, de 28 Dezembro.

Legislação – *Código Geral Tributário e Código de Processo Tributário* (1993). 1ª Edição – Ministério das Finanças.

FONTE ONLINE

Alves, A. M. *Teoria geral da Tributação*. (Acesso em 11 de Fevereiro). Disponível em:
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1280> .

7 - ANEXOS

ANEXO I - Tabela de retenção mensal

I SÉRIE — Nº 5 «B.O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 4 DE FEVEREIRO DE 2008

69

Artigo 7º

Tabela prática do Imposto Único sobre o Rendimento

As taxas a aplicar ao rendimento colectável e as respectivas parcelas a abater, referidas no artigo 3º do presente diploma são as seguintes:

Rendimento Colectável (em escudos)	Taxas (em %)	Parcela a abater (em escudos)
Até 385.000\$00	15	\$00
Mais de 385.000\$00 até 810.000\$00	20	19.250\$00
Mais de 810.000\$00 até 1.620.000\$00	27,5	80.028\$00
Mais de 1.620.000\$00 até 2.430.000\$00	35	201.528\$00
Superior a 2.430.000\$00	45	444.447\$00

CAPÍTULO II

Retenção sobre rendimentos de outras categorias

Artigo 8º

Retenção do IUR sobre rendimentos de outras categorias

1. A retenção do IUR sobre rendimentos da categoria A — rendimentos prediais — e rendimentos de prestação de serviço provenientes do exercício de qualquer actividade por conta própria, que não revista a natureza de trabalho dependente ou independente como profissão liberal, é efectuada pela aplicação da taxa de 10%, desde que o trabalho ou prestação de serviço efectuada seja de carácter continuado ou tratando-se de actividade acidentais, em valores iguais ou superiores a 5.000\$00.

2. Nas prestações de serviço a retenção incide somente sobre o valor facturado respeitante à mão-de-obra.

3. Relativamente à retenção na fonte do IUR sobre as restantes categorias de rendimentos, as taxas serão fixadas anualmente na Lei que aprova o Orçamento do Estado, tendo em conta a natureza desses rendimentos ou a impossibilidade da sua individualização para efeitos de processamento conjunto.

Artigo 9º

Dispensa de retenção

Não se procede a qualquer retenção, quando o montante resultante seja inferior a 100\$00.

CAPÍTULO III

Reembolsos do Imposto Único sobre os Rendimentos

Artigo 10º

IUR - Reembolsos

1. Os contribuintes em dívida resultante da liquidação do Imposto Único sobre os Rendimentos, dos anos anteriores, só beneficiam dos reembolsos quando regularizem a sua situação perante o fisco.

2. A diferença entre o Imposto Único sobre os Rendimentos devido a final e o que tiver sido entregue nos cofres do Estado, em resultado de retenção na fonte, é liquidada adicionalmente ou restituída até Setembro do ano seguinte.

Artigo 11º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.



Gabinete da Ministra das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 24 de Janeiro de 2008. — Ministra, *Cristina Isabel Monteiro Lopes da Silva Duarte*.

ANEXO I



TABELA DE RETENÇÃO MENSAL (a que se refere o artigo 5º)

Remuneração Mensal		Taxa	Imposto a Reter	
(De)	(A)		(DE)	(A)
12.500 \$	22.791 \$	0.0%	0 \$	0 \$
22.792 \$	23.664 \$	0.5%	100 \$	119 \$
23.665 \$	24.511 \$	1.0%	237 \$	245 \$
24.512 \$	25.424 \$	1.5%	368 \$	381 \$
25.425 \$	26.404 \$	2.0%	509 \$	528 \$
26.405 \$	27.464 \$	2.5%	660 \$	687 \$
27.465 \$	28.611 \$	3.0%	824 \$	858 \$
28.612 \$	29.864 \$	3.5%	1.001 \$	1.045 \$
29.865 \$	31.224 \$	4.0%	1.195 \$	1.249 \$
31.225 \$	32.718 \$	4.5%	1.405 \$	1.472 \$
32.719 \$	34.364 \$	5.0%	1.636 \$	1.718 \$
34.365 \$	36.184 \$	5.5%	1.890 \$	1.990 \$
36.185 \$	38.204 \$	6.0%	2.171 \$	2.292 \$
38.205 \$	40.464 \$	6.5%	2.483 \$	2.630 \$
40.465 \$	43.011 \$	7.0%	2.833 \$	3.011 \$
43.012 \$	45.898 \$	7.5%	3.226 \$	3.442 \$
45.899 \$	49.198 \$	8.0%	3.672 \$	3.936 \$
49.199 \$	53.011 \$	8.5%	4.182 \$	4.506 \$
53.012 \$	56.282 \$	9.0%	4.771 \$	5.065 \$
56.283 \$	59.977 \$	9.5%	5.347 \$	5.603 \$
58.978 \$	61.937 \$	10.0%	5.898 \$	6.194 \$
61.938 \$	65.217 \$	10.5%	6.503 \$	6.848 \$
65.218 \$	68.857 \$	11.0%	7.174 \$	7.574 \$
68.858 \$	72.937 \$	11.5%	7.919 \$	8.388 \$
72.938 \$	77.527 \$	12.0%	8.753 \$	9.303 \$
77.528 \$	82.727 \$	12.5%	9.691 \$	10.341 \$
82.728 \$	88.672 \$	13.0%	10.755 \$	11.527 \$
88.673 \$	92.740 \$	13.5%	11.971 \$	12.820 \$
92.741 \$	96.188 \$	14.0%	12.984 \$	13.466 \$
96.189 \$	99.900 \$	14.5%	13.947 \$	14.486 \$
99.901 \$	103.911 \$	15.0%	14.985 \$	15.587 \$
103.912 \$	108.260 \$	15.5%	16.106 \$	16.780 \$
108.261 \$	112.988 \$	16.0%	17.322 \$	18.078 \$
112.989 \$	118.148 \$	16.5%	18.643 \$	19.494 \$
118.149 \$	123.798 \$	17.0%	20.085 \$	21.046 \$
123.799 \$	130.024 \$	17.5%	21.665 \$	22.754 \$
130.025 \$	136.900 \$	18.0%	23.405 \$	24.642 \$
136.901 \$	144.551 \$	18.5%	25.327 \$	26.742 \$
144.552 \$	153.100 \$	19.0%	27.465 \$	29.089 \$
153.101 \$	160.334 \$	19.5%	29.855 \$	31.265 \$
160.335 \$	165.694 \$	20.0%	32.067 \$	33.139 \$
165.695 \$	171.428 \$	20.5%	33.967 \$	35.143 \$
171.429 \$	177.571 \$	21.0%	36.000 \$	37.290 \$
177.572 \$	184.174 \$	21.5%	38.178 \$	39.597 \$
184.175 \$	191.285 \$	22.0%	40.519 \$	42.083 \$
191.286 \$	198.968 \$	22.5%	43.039 \$	44.768 \$
198.969 \$	207.294 \$	23.0%	45.763 \$	47.678 \$
207.295 \$	216.345 \$	23.5%	48.714 \$	50.841 \$
216.346 \$	225.745 \$	24.0%	51.925 \$	54.179 \$
225.746 \$	231.265 \$	24.5%	55.308 \$	56.660 \$
231.266 \$	237.063 \$	25.0%	57.817 \$	59.266 \$
237.064 \$	243.156 \$	25.5%	60.451 \$	62.005 \$
243.157 \$	249.569 \$	26.0%	63.221 \$	64.888 \$
249.570 \$	256.334 \$	26.5%	66.136 \$	67.929 \$
256.335 \$	263.474 \$	27.0%	69.210 \$	71.138 \$
263.475 \$	271.025 \$	27.5%	72.456 \$	74.532 \$
271.026 \$	279.018 \$	28.0%	75.887 \$	78.125 \$
279.019 \$	287.498 \$	28.5%	79.520 \$	81.937 \$
287.499 \$	296.514 \$	29.0%	83.375 \$	85.989 \$
296.515 \$	306.107 \$	29.5%	87.472 \$	90.302 \$
306.108 \$	316.345 \$	30.0%	91.832 \$	94.904 \$
316.346 \$	327.294 \$	30.5%	96.486 \$	99.825 \$
327.295 \$	339.023 \$	31.0%	101.461 \$	105.097 \$
339.024 \$	351.627 \$	31.5%	106.793 \$	110.763 \$
351.628 \$	365.203 \$	32.0%	112.521 \$	116.865 \$
365.204 \$	379.872 \$	32.5%	118.691 \$	123.458 \$
Superior (A)	379.872 \$	33.0%		

ANEXO II – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 SÃO VICENTE	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 27-05-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:	
MODELO 6A			
NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASIVO			
Contribuinte A: Contribuinte B: Entidade Patronal Contribuinte B: Morada:		N.I.F.: N.I.F.: Ent. Patronal:	
		Estado Civil: Casado 2 ou mais titular Nº de Filhos COM Rendimentos: Nº de Filhos SEM Rendimentos: 2	
RENDIMENTOS			
Categorias:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	- \$	- \$	
2. Categoria B: Comercio e Industria	- \$	- \$	
3. Categoria C: Capitais	- \$	- \$	
4. Categoria D: Trabalho	1.100.000 \$	680.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	1.100.000 \$	680.000 \$	1.780.000 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	- \$	- \$	- \$
DEDUÇÕES			
	TAXA	VALOR MÁXIMO	DECLARADO VALOR ACEITE
7. Mínimo de Existência			400.000 \$
8. Encargo Familiares			
8.1 - Filhos			50.000 \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$	- \$
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$	300.000 \$
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	- \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	100%	240.000 \$	4.355 \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	52.214 \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	23.165 \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez			50.000 \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde		100.000 \$	- \$
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos		50.000 \$	- \$
9. Quotização, seguros e donativos			
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	142.400 \$
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	- \$
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	13.800 \$
10. Colecta			- \$
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES			943.466 \$
DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO			
A. Rendimento Tributáveis	1.780.000 \$	E. Cálculo do Imposto(SPLINTING)	
B. Rendimentos Isentos	- \$	Rendimento /2	
C. Rendimento Global (A+B)	1.780.000 \$	(1º escalão) 17,62%	
D. Deduções	943.466 \$	(2º escalão) 27,5%	
		Valor Calculado (2x)	
		329.444 \$	
		F. Abatimentos(Deduções)	
		(1º escalão) 17,62%	
		(2º escalão) 27,5%	
		Importância Calculada	
		943.466 \$	
		166.239 \$	
		166.239 \$	
		G. Imposto Devido (E-F)	
		163.205 \$	
		H. Retenção na Fonte	
		213.100 \$	
		IMPOSTO A DEVOLVER (H-G)	
		49.895 \$	

ANEXO III – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 SÃO VICENTE	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 27-05-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:	
MODELO 6A			



NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASSIVO			
Contribuinte A:	N.I.F.:	Estado Civil:	
Contribuinte B:	N.I.F.:	Casado 2 ou mais titular	
Entidade Patronal Contribuinte B:		Nº de Filhos COM Rendimentos:	
Morada:		Nº de Filhos SEM Rendimentos: 0	
Ent. Patronal:	N.I.F.:		

RENDIMENTOS			
Categoria:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	- \$	- \$	
2. Categoria B: Comercio e Industria	- \$	- \$	
3. Categoria C: Capitais	- \$	- \$	
4. Categoria D: Trabalho	4.000.000 \$	3.500.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	4.000.000 \$	3.500.000 \$	7.500.000 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	- \$	- \$	- \$

DEDUÇÕES			
	TAXA	VALOR MAXIMO	DECLARADO
7. Mínimo de Existência			400.000 \$
8. Encargo Familiares			
8.1 - Filhos	-----	-----	- \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$	- \$
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$	- \$
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	- \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	100%	240.000 \$	- \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	- \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	- \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez	-----	-----	- \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde	-----	100.000 \$	- \$
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos	-----	50.000 \$	- \$
9. Quotização, seguros e donativos			
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	600.000 \$
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	- \$
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	- \$
10. Colecta			- \$
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES			1.000.000 \$

DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO			
A. Rendimento Tributáveis	7.500.000 \$	E. Cálculo do Imposto (SPLINTING)	
B. Rendimentos Isentos	- \$	Rendimentos: /2	3.750.000 \$
C. Rendimento Global (A+B)	7.500.000 \$	(1º escalão) 26,71%	2430.000
D. Deduções	796.927 \$	(2º escalão) 45%	1320.000
		Valor Calculado (2x)	2486106
		F. Abatimentos (Deduções)	
		(1º escalão) 26,71%	1000.000 \$
		(2º escalão) 45%	- \$
		Importância Calculada	267100
G. Imposto Devido (E-F)			2219006
H. Retenção na Fonte			2.255000
IMPOSTO A DEVIAR (H-G)			35994

ANEXO IV – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

 		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 S.VICENTE	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 23-04-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:	
MODELO 6A			



NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASIVO			
Contribuinte A:		N.I.F.:	
Contribuinte B:		N.I.F.:	
Morada: PRAIA PRAIA		Estado Civil: Casado 2 ou mais titular Nº de Filhos COM Rendiment: 0 Nº de Filhos SEM Rendiment: 2	
Ent. Patronal: MINISTERIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE		N.I.F.: 70016463	

RENDIMENTOS			
Categoria:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	- \$	- \$	
2. Categoria B: Comercio e Industria	- \$	- \$	
3. Categoria C: Capitais	- \$	- \$	
4. Categoria D: Trabalho	1.200.000 \$	1.500.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	1.200.000 \$	1.500.000 \$	2.700.000 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	- \$	- \$	- \$

DEDUÇÕES			
	TAXA	VALOR MAXIMO	DECLARADO
7. Mínimo de Existencia			400.000 \$
8. Encargo Familiares			
8.1 - Filhos			50.000 \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$	240.000 \$
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$	- \$
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	10.000 \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	100%	240.000 \$	12.000 \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	4.355 \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	52.214 \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez		50.000 \$	50.000 \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde		100.000 \$	- \$
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos		50.000 \$	2.500 - \$
9. Quotização, seguros e donativos			
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	216.000 \$
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	- \$
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	13.800 \$
10. Colecta			- \$
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES			969.020 \$

DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO	
A. Rendimento Tributáveis 2.700.000 \$ B. Rendimentos Isentos - \$ C. Rendimento Global (A+B) 2.700.000 \$ D. Deduções 969.020 \$	E. Calculo do Imposto(SPLINTING) Rendimento / 2 (1º escalão) 17,62% (2º escalão) 27,5% Valor Calculado (2x) 810.000 \$ 540.000 \$ 142.722 \$ 148.500 \$ 582.444 \$
	F. Abatimentos(Deduções) (1º escalão) 17,62% (2º escalão) 27,5% Importância Calculada 969.020 \$ 170.741 \$ 170.741 \$
G. Imposto Devido (E-F) 411.703 \$ H. Retenção na Fonte 44.250 \$ IMPOSTO A Dever (H-G) 367.453 \$	

ANEXO V – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO  		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 S.VICENTE ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 23-04-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		MODELO 6A	



NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASSIVO			
Contribuinte A:	N.I.F.:		Estado Civil: Casado 2 ou mais titular Nº de Filhos COM Rendiment: 0 Nº de Filhos SEM Rendiment: 1
Contribuinte B:	N.I.F.:		
Morada:			
Ent. Patronal:		N.I.F.:	

RENDIMENTOS			
Categoria:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	-	-	
2. Categoria B: Comercio e Industria	-	-	
3. Categoria C: Capitais	-	-	
4. Categoria D: Trabalho	1.000.000 \$	380.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	1.000.000 \$	380.000 \$	1.380.000 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	-	-	-

DEDUÇÕES				
	TAXA	VALOR MAXIMO	DECLARADO	VALOR ACEITE
7. Mínimo de Existencia				400.000 \$
8. Encargo Familiares				
8.1 - Filhos				25.000 \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$		-
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$	200.000 \$	200.000 \$
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	12.000 \$	4.000 \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	100%	240.000 \$	12.000 \$	12.000 \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	4.355 \$	2.613 \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	52.214 \$	26.107 \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez		50.000 \$	50.000 \$	50.000 \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde		100.000 \$	-	-
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos		50.000 \$	2.500 \$	2.500 \$
9. Quotização, seguros e donativos				
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	110.400	110.400
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	-	-
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	13.800 \$	13.800 \$
10. Colecta			-	-
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES				846.420 \$

DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO			
A. Rendimento Tributáveis	1.380.000 \$	E. Calculo do imposto(SPLINTING)	
B. Rendimentos Isentos	-	Rendimento /2	690.000 \$
C. Rendimento Global (A+B)	1.380.000 \$	(1º escalão) 15%	385.000 \$
D. Deduções	846.420 \$	(2º escalão) 20%	57.750 \$
		Valor Calculado (2x)	115.500 \$
		F. Abatimentos(Deduções)	126.963 \$
		(1º escalão) 15%	846.420 \$
		(2º escalão) 20%	126.963 \$
		Importância Calculada	126.963 \$
G. Imposto Devido (E-F)			110.537 \$
H. Retenção na Fonte			130.000 \$
IMPOSTO A DEV (H-G)			19.463 \$

ANEXO VI – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

 		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 S.VICENTE	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		MODELO 6A	
ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 23-04-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:			



NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASIVO			
Contribuinte A:		N.I.F.:	Estado Civil: Casado 2 ou mais titular Nº de Filhos COM Rendiment: 0 Nº de Filhos SEM Rendiment: 2
Contribuinte B:		N.I.F.:	
Morada: PRAIA PRAIA			
Ent. Patronal: MINISTERIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE		N.I.F.: 70016463	

RENDIMENTOS			
Categoria:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	-	-	
2. Categoria B: Comercio e Industria	-	-	
3. Categoria C: Capitais	-	-	
4. Categoria D: Trabalho	1.460.161 \$	1.800.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	1.460.161 \$	1.800.000 \$	3.260.161 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	-	-	-

DEDUÇÕES				
	TAXA	VALOR MAXIMO	DECLARADO	VALOR ACEITE
7. Mínimo de Existencia				400.000 \$
8. Encargo Familiares				
8.1 - Filhos				50.000 \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$	240.000 \$	192.000 \$
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$		-
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	10.000 \$	4.000 \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	% 100%	240.000 \$	12.000 \$	12.000 \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	4.355 \$	2.613 \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	52.214 \$	26.107 \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez		50.000 \$	50.000 \$	50.000 \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde		100.000 \$	-	-
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos		50.000 \$	2.500 \$	2.500 \$
9. Quotização, seguros e donativos				
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	260.813 \$	260.813 \$
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	-	-
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	13.800 \$	13.800 \$
10. Colecta			-	-
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES				1.013.833 \$

DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO			
A. Rendimento Tributáveis 3.260.161 \$ B. Rendimentos Isentos - \$ C. Rendimento Global (A+B) 3.260.161 \$ D. Deduções 1.013.833 \$	E. Calculo do imposto(SPLINTING) Rendimento /2 1.630.081 \$ (1º escalão) 22,56% 365.472 \$ (2º escalão) 35% 10.081 \$ Valor Calculado (2x) 738.000 \$	F. Abatimentos(Deduções) (1º escalão) 22,56% 228.721 \$ (2º escalão) 35% - \$ Importância Calculada 228.721 \$	
G. Imposto Devido (E-F) 509.279 \$			
H. Retenção na Fonte 590227 \$			
IMPOSTO A DEVOLVER (H-G) 80948 \$			

ANEXO VII – Nota de apuramento do imposto – Modelo 6A

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  		NOTA DE APURAMENTO DO IMPOSTO Repartição de Finanças: 157 SÃO VICENTE	
IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO		MODELO 6A	
ANO A QUE RESPEITA O RENDIMENTO: 2008 DATA DA LIQUIDAÇÃO: 27-05-2010 Nº DA LIQUIDAÇÃO:			
NOME E DOMICÍLIO DO SUJEITO PASSIVO			
Contribuinte A: Contribuinte B: Entidade Patronal Contribuinte B: Morada:		N.I.F.: N.I.F.: Ent. Patronal:	
		Estado Civil: Casado 2 ou mais titular Nº de Filhos COM Rendimentos: Nº de Filhos SEM Rendimentos: 1	
RENDIMENTOS			
Categoria:	CONTRIBUINTE A	CONTRIBUINTE B	FILHOS TITULARES
1. Categoria A: Prediais	- \$	- \$	
2. Categoria B: Comércio e Indústria	- \$	- \$	
3. Categoria C: Capitais	- \$	- \$	
4. Categoria D: Trabalho	2.300.000 \$	2.400.000 \$	
5. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEL (1+2+3+4)	2.300.000 \$	2.400.000 \$	4.700.000 \$
6. RENDIMENTOS ISENTOS	- \$	- \$	- \$
DEDUÇÕES			
	TAXA	VALOR MÁXIMO	DECLARADO VALOR ACEITE
7. Mínimo de Existência			400.000 \$
8. Encargo Familiares			
8.1 - Filhos	-----	-----	25.000 \$
8.2 - Renda de Casa	80%	240.000 \$	- \$
8.3 - Juros e Encargos da dívida de Habitação	100%	240.000 \$	533.311 \$
8.4 - Recibos de Profissionais Liberais	40%	80.000 \$	500.000 \$
8.5 - Pensões Obrigatórias	100%	240.000 \$	240.000 \$
8.6 - Despesas de Educação com Dependentes	60%	240.000 \$	14.600 \$
8.7 - Despesas de Saúde	50%	100.000 \$	23.165 \$
8.8 - Dependentes em Estado de Invalidez	-----	-----	50.000 \$
8.9 - Juros relativo a empréstimos de despesas saúde	-----	100.000 \$	- \$
8.10 - Aquisição de Equipamentos informáticos	-----	50.000 \$	- \$
9. Quotização, seguros e donativos			
9.1 - Previdência social e sindicato	100%	[sem limite]	376.000 \$
9.2 - Seguros de vida, doença, acidentes pessoais	100%	30.000 \$	- \$
9.3 - Donativos	100%	240.000 \$	13.800 \$
10. Colecta			- \$
11 - TOTAL DAS DEDUÇÕES			1.445.143 \$
DEMONSTRAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO			
A. Rendimento Tributáveis	4.700.000 \$	E. Cálculo do Imposto (SPLINTING)	
B. Rendimentos Isentos	- \$	Rendimento / 2	
C. Rendimento Global (A+B)	4.700.000 \$	(1ª escalão) 26,71%	
D. Deduções	1.445.143 \$	(2ª escalão) 4,5%	
		Valor Calculado (2x)	
		2.350.000 \$	
		432.402 \$	
		320.500 \$	
		158.240 \$	
		F. Abatimentos (Deduções)	
		(1ª escalão) 26,71%	
		(2ª escalão) 4,5%	
		Importância Calculada	
		1.445.143 \$	
		385.998 \$	
		- \$	
		385.998 \$	
		G. Imposto Devido (E-F)	
		1136406 \$	
		H. Retenção na Fonte	
		1039500 \$	
		IMPOSTO A PAGAR (H-G)	
		96.906 \$	